

I. INTRODUÇÃO

A Dif Broker Sociedade Corretora SA, têm a sua sede social no Porto e um escritório em Lisboa. Está registada no Banco de Portugal e CMVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de Abril de 2007 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas.

II. BADES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas pela primeira vez de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal e de acordo com os modelos previstos na Instrução 18/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para as IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas até à data pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS publicadas pelo IASB no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, com base nos registos contabilísticos da Sociedade.

A DIF Broker Sociedade Corretora, S.A. apresentou no final do exercício de 2005 demonstrações financeiras de acordo o plano de contas do sistema bancário – Instrução 4/96. Os valores comparativos mostrados nas demonstrações financeiras foram reexpressos traduzindo:

- i) as reclassificações para as correspondentes rubricas previstas nos Modelos da Instrução 18/2005 do Banco de Portugal.
- ii) o registo dos Impostos Diferidos Activos por contrapartida de Resultados Transitados no montante de € 54.039 correspondente ao valor de imposto que se considera recuperável proveniente de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 6).

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- Aplicações em outras Instituições de Crédito

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado. Subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva (que corresponde normalmente à taxa nominal), deduzido das perdas por imparidade, se aplicável. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade, se existentes, são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

- Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

- **Activos tangíveis** encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas por duodécimos pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais têm subjacente, os diferentes tipos de imobilizado de acordo com os períodos de vida útil a seguir indicados:

	Anos
Obras em Edifícios Arrendados	10
Equipamento	

Instalações	10
Mobiliário e material	8
Equipamento Informático	4 a 8
Outras imobilizações Corpóreas	8

- **Activos Intangíveis**, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade. São registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

- Recursos de clientes e outros empréstimos

Os passivos financeiros representativos de depósitos de clientes e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Estes passivos não são remunerados.

- Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Adicionalmente, a Sociedade regista no Passivo as provisões para riscos gerais de crédito, conforme previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

- **Transacções em moeda estrangeira** são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho.

- **Os custos e proveitos** são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

- **Impostos sobre o rendimento do exercício** - é calculado e registado, quando aplicável, de acordo com as normas fiscais vigentes. As Autoridades Fiscais podem rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de 4 anos, da qual poderão resultar eventuais correcções aos resultados fiscais dos exercícios de 2003 a 2006.

III) NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1- Aplicações em Instituições de Crédito – o detalhe da rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 é como se segue:

Aplicações em Instituições de Crédito	31-Dez-06	31-Dez-05
Aplicações		
No País		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos a 3 meses	335.994,38	165.515,34
No Estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Aplicações a muito curto prazo	4.205.971,47	2.811.666,50
	4.541.965,85	2.977.181,84

O capital médio no ano de 2006 aplicado em instituições de crédito no país foi de 280000/mês e a taxa média de remuneração foi de 2.4%/ano. Este é património da DIF Broker Sociedade Corretora, S.A. As aplicações de muito curto prazo, património dos nossos clientes, depositado em instituições de crédito no estrangeiro não são remuneradas.

2- Crédito a clientes – o detalhe desta rubrica era em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se mostra:

	31-Dez-06	31-Dez-05
Crédito e Juros Vencidos		
Crédito a Clientes		
Crédito Interno		
De 1 a 5 anos	88.824,00	88.824,00
	88.824,00	88.824,00

3- Investimentos detidos até à maturidade - A sociedade possui Obrigações de Rendimento

Fixo vencíveis no ano de 2014, constantes no activo registadas pelo custo de aquisição.

À data de 31 de Dezembro de 2006 a carteira de títulos constituída, mantém-se e, está de acordo com o Regulamento da CMVM nº 2/2000 - Sistema de Indemnização a Investidores, criado pelo Dec. Lei nº 222/99 de 22 de Junho, com o objectivo de proteger os pequenos investidores.

Natureza e espécie dos títulos	Quant.	Valor Nominal	Valor Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
B. TÍTULOS DE INVESTIMENTO					
Valores de rendimento fixo-de outros emissores					
De dívida pública portuguesa					
A curto prazo					
A médio e longo prazos					
Obrigações do Tesouro					
O.T. Jun/03-2014	5500	0,01	1,2	1,0372	6.610,22
Total	5500	0,01	1,2	1,0372	6.610,22

4. Outros activos tangíveis - os movimentos e saldos a 31 de Dezembro de 2006 nas rubricas outros activos tangíveis são apresentados no anexo II.

5. Activos intangíveis - movimentos e saldos a 31 de Dezembro de 2006 nas rubricas s activos intangíveis são apresentados no anexo II.

6. Impostos

O movimento nos Activos por impostos diferidos registados no balanço apresenta-se como segue:

	Impostos Diferidos 2006	Movimento para Resultados	Impostos Diferidos 2005
Prejuízos fiscais	25.538,00	28.501,00	54.039,00

Os prejuízos fiscais apurados nos anos anteriores são os seguintes:

Ano gerador	Limite de utilização	Montante	Imposto reportável	Impostos diferidos activos registados
2001	2007	245.135,31	67.412,21	25.538,00
2002	2008	468.154,97	128.742,62	0
2003	2009	162.964,95	44.815,36	0
2004	2010	74.897,07	20.596,69	0
2005	2011	213.531,68	58.721,21	0
		1.164.683,98	320.288,09	25.538,00

Por prudência, a Sociedade somente registou impostos diferidos activos pelo montante de imposto que estima recuperar em 2007 com base na expectativa de resultados tributáveis apurados no orçamento deste exercício.

A conciliação entre o valor de imposto apurado por multiplicação da taxa em vigor sobre os resultados antes de impostos e o imposto registado em resultados (e respectiva taxa efectiva) é a seguinte:

	Taxa	2006
Resultado antes imposto		95.679,40
Imposto à taxa de 27,5%	27,5 %	26.311,84
Custos não dedutíveis (7.960,58 Eur)	2,29%	2.189,16
		<hr/> 28.501,00
Tributação autónoma	2,62%	2.506,94
Imposto registado na Demonstração dos Resultados		<hr/> 31.007,94
Taxa efectiva	32,41%	<hr/> <hr/>

7. Outros Activos – o desenvolvimento da rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se segue:

	31-Dez-06	31-Dez-05
Outros Activos		
Devedores e Outras Aplicações	47.164,99	54.041,40
Despesas com custo Diferido	38.821,40	17.141,20
Outras Contas de Regularização	113.799,94	194.018,01
	<hr/> 199.786,33	<hr/> 265.200,61

O valor da rubrica de devedores e outras aplicações refere-se ao Pagamento Especial por conta efectuado nos últimos quatro exercícios e Imposto Sobre o Valor Acrescentado a Recuperar. Engloba igualmente devedores diversos com antiguidade inferior a 30 dias.

As outras rubricas são compostas, respectivamente, por acréscimos de proveitos por comissões de gestão, diferimentos de custos e por operações sobre valores mobiliários a regularizar. Os segundos resultam de transacções de compra e venda de títulos ocorridas nos últimos dias de bolsa de 2006, ou seja entre a data de execução das operações e a data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação. Estes saldos foram regularizados nos primeiros dias de 2007.

8. Recursos de clientes e outros empréstimos

	31-Dez-06	31-Dez-05
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Credores Diversos		
Credores por op. Sobre valores mobiliários	4.230.298,36	2.838.582,59
Credores por fornecimentos de bens	67.222,41	29.165,97
	<u>4.297.520,77</u>	<u>2.867.748,56</u>

9. Provisões - são constituídas de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e desdobram-se em provisões para crédito vencido – outros créditos, e provisões diversas - para outros riscos e encargos.

Relativamente aos créditos vencidos, todos com uma antiguidade superior a 24 meses, estão provisionados pela totalidade desde o exercício de 2002. A sociedade diligenciou e continuará a diligenciar no sentido de recuperação do crédito. Neste sentido decorrem junto dos organismos competentes acções.

No exercício de 2004 decorreu o julgamento de uma acção judicial intentada contra a sociedade, proveniente de um alegado incumprimento de um contrato de prestação de serviços. A sentença foi conhecida no início de 2005. A decisão foi desfavorável à sociedade. Tinha sido constituída uma provisão no final do exercício de 2004, para fazer face a este risco, pelo que tem sido utilizada.

As provisões resumem-se no quadro seguinte:

Rubrica de Provisões	Saldo no início do ano	Movimento Acumulado de Provisões				Saldo Final
		Dotações	Utilizações	Anulações reposições	Transf.	
2. Para Crédito Vencido						
2.2. Crédito	88.824,00					88.824,00
9. Para Riscos Gerais de Crédito	874,00					874,00
13. Outras	62.500,00		30.000,00			32.500,00
Total	152.198,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	122.198,00

10. Passivos por impostos correntes – o desenvolvimento da rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Outros Passivos		
Retenção de Impostos na fonte	19.035,95	4.272,57
Restantes Impostos	2.436,98	913,83
Contribuições para a Seg. Social	2.906,28	2.855,77
	24.379,21	8.042,17

11. Outros Passivos - o desenvolvimento da rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Outros Passivos		
Custos a Pagar	47.817,70	50.633,00
Outras Contas de Regularização	112.665,43	192.986,67
	160.483,13	243.619,67

12. Capital - No decorrer do ano de 2006 não ocorreram alterações à composição da rubrica de capital. Assim o capital social está representado por trezentos e cinquenta e oito mil acções, com valor nominal de cinco euros cada. Face à natureza devedora e montante do resultado transitado acumulado o capital social está substancialmente absorvido. A sociedade tomará as medidas necessárias no exercício.

13. Margem Financeira – a 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 detalha-se da seguinte forma:

	31-12-06	31-12-05
Juros e rendimentos similares		
Aplicações em Instituições Financeiras	10.613,85	9.342,52
Juros e Encargos similares		
Recursos de Outras Inst. de Crédito	1.485,25	4.843,22
Margem Financeira	9.128,60	4.499,30

14. Rendimentos de serviços e comissões - Os proveitos da sociedade estão distribuídos por dois produtos: corretagem e gestão de carteiras.

Proveitos por segmento de negócio	31-12-06	31-12-05
-----------------------------------	----------	----------

Comissões de Corretagem	718.162,03	553.083,84
Comissões de Gestão de Carteiras	23.356,54	7.982,17
Outros	595,64	1.607,14
	742.114,21	562.673,15

15. Outros resultados de exploração

	31-12-06	31-12-05
Outros Proveitos e Lucros		
Proveitos pela prestação de serviços	2.770,67	0,00
Outros	181.617,57	49.520,43
Outros Custos e Prejuízos	30.541,16	31.044,16
	153.847,08	18.476,27

16. Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Órgãos Administração:	70 561,50Eur
Órgãos de Fiscalização:	15.000,00Eur

17. Gastos Gerais Administrativos o desenvolvimento da rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se segue:

	31-Dez-06	31-Dez-05
Fornecimentos de Terceiros	13.628,40	14.756,87
Rendas e Alugueres	62.641,89	76.136,79
Comunicações e Despesas de Expedição	46.245,83	55.049,68
Deslocações e Estadas	30.901,37	20.957,04
Publicidade e Edição de Publicações	4.410,52	4.480,70
Custos com o Trabalho Independente	17.420,00	16.185,00
Conservação e Reparação	8.834,80	13.107,77
Seguros	4.769,81	5.414,57
Outros Serviços de Terceiros	254.697,19	187.226,39
	443.549,81	393.314,81

18. Carteiras de activos sob gestão

Em 31 de Dezembro de 2006 a Sociedade tinha carteiras sob gestão no montante de 1.250.833,00 euros (454.193,00 euros em 2005).

19. Operações no Capital Social

Com o objectivo de reforçar a estrutura de capital, dando cumprimento ao Art.º35 do Código das Sociedades Comerciais, está previsto um aumento de capital no valor de 200 000,00Eur, já aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 2005.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial De Contas

Pedro Miguel De Oliveira Lino

Jorge Manuel Monteiro Gomes

Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto

Horácio Manuel Piriquito Casimiro

Juan Martin Pinto